

FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS – SALA 3

TEMA: Programa de Saúde na Escola

COORDENADORAS: Dra Regina Célia Bortoleto Amantini/ Dra Carmen Barreira Nielsen

PALESTRANTES:

Dra Márcia Cristiane de Freitas Mendes Civitella - Presidente da Comissão de Audiologia do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Dra Eliene Silva Araújo - Coordenadora do Comitê de Promoção, Prevenção e Diagnóstico em Saúde Auditiva/ Departamento de Audição e Equilíbrio da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia

Ma Fabiana Vieira Santos Azevedo- Analista de Políticas Sociais do Ministério da Saúde e Coordenadora do programa Saúde na Escola

RELATORA: Ma Tyuana Sandim da Silveira Sassi

Às 9h50 do dia 24 de novembro de 2020, a Dra Regina Célia Bortoleto Amantini iniciou o Fórum de Políticas Públicas apresentando as coordenadoras, palestrantes e relatora.

Dra Márcia Cristiane de Freitas Mendes Civitella iniciou a sua apresentação relatando sobre o Programa Saúde na Escola (PSE) instituído pelo Decreto Presidencial nº6.286 de 05/12/2007 abordando sua finalidade, os objetivos e as ações de saúde auditiva. Apontou sobre a importância da articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde tão bem descritas no decreto. As ações de saúde auditiva no âmbito do PSE consistem na formação de rede intersetorial com integração entre os setores de educação e saúde; capacitação de educadores e comunidade; observação dos aspectos que envolvem a audição, linguagem e fala como indicadores do desenvolvimento infantil. Relatou sobre o instrumento para a realização de ações de promoção da saúde e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração elaborado em 2018 pelo Ministério da Saúde em parceria com a Academia Brasileira de Audiologia (ABA), Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFA) e Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFF) e atualmente encontra-se em fase de desenvolvimento o caderno temático do PSE voltado à saúde auditiva.

Dra Eliene Silva Araújo deu sequência à apresentação da Dra Márcia com o caderno temático do PSE destinados aos atores responsáveis pelo desenvolvimento do Programa nos territórios.

Caderno Temático: foi relatado a organização do caderno temático voltado à saúde auditiva, desafios da operacionalização do trabalho, articulação saúde e educação, fluxo de encaminhamento e outras ações em concordância com ações do Ministério da Saúde. Destacou ainda sobre as estratégias educativas voltadas à saúde auditiva.

Experiência de um projeto de promoção de saúde e educação em Saúde: projeto Doutores mirins, desenvolvido pelo curso de fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a telemedicina da faculdade de medicina /USP da cidade de Bauru-São Paulo, o qual visa capacitar crianças para atuarem como multiplicadores do conhecimento. Relatou os resultados das ações educativas (adaptação da cartilha educativa) com crianças do

ensino fundamental em escolas públicas e privadas que foi implantado em Natal e no interior do Rio Grande do Norte.

Guia de Bolso: relatou sobre a proposta do Ministério da Saúde: para construção do guia de bolso para a Saúde Auditiva do Escolar um material em formato de oficinas visando facilitar a aplicação das estratégias pelo educador.

Ma Fabiana Vieira Santos Azevedo iniciou a sua apresentação explicando a organização estrutural do PSE no Ministério de Saúde e o histórico da temática de saúde na escola. Detalhou a definição do PSE, diretrizes, critérios para inclusão e adesão das escolas ao PSE e o público prioritário do PSE. Relatou ainda as ações prioritárias no atual ciclo do PSE, as ações na área da Saúde Auditiva e o monitoramento das ações pelo Ministério de Saúde. Ressaltou que no monitoramento de 2019, foi observado que a Saúde Auditiva é a área que apresenta menos ações realizadas dentre as 12 ações do PSE.

Dra Regina justificou a ausência de um representante da Coordenação Geral da Pessoa com Deficiência.

Questionamentos e Discussões:

Dra Regina apresentou algumas dúvidas em relação a pactuação dos municípios com o PSE no que se refere ao número de escolas participantes. Ma Fabiana explicou que o município é que pactua e escolhe quais as escolas irão participar, podendo escolher todas. Destacou que a realidade atual é que municípios pequenos pactuam todas as escolas e municípios de médio e grande porte pactuam menos escolas, porém com grande quantidade de estudantes. O município pode pactuar com quantas escolas quiser desde que 50% do conjunto seja daquelas prioritárias.

Dra Carmen salientou sobre a limitação de mão de obra nas unidades de saúde e a importância do trabalho de treinamento das equipes das escolas podendo oficializar os treinamentos por meio do Telessaúde Brasil.

Fabiana concordou com o trabalho por meio da telessaúde e extensão com a universidade nas ações de PSE. Enfatizou a importância dos cadernos temáticos trazendo a teoria e o Guia de bolso a prática.

A plateia considerou a criação do caderno temático de Saúde Auditiva uma grande oportunidade para uma implementação dos protocolos unificados e lamentou a baixa adesão às ações de Saúde Auditiva no PSE.

Dra Carmen e Ma Fabiana discutiram em relação às ações que as sociedades científicas, Conselho Federal de Fonoaudiologia e Academia Brasileira de Audiologia podem realizar visando uma maior adesão ao PSE na área de Saúde Auditiva. Consideraram que a criação do caderno temático da Saúde Auditiva e o guia de bolso poderão melhorar a adesão, pois o profissional se sentirá mais capacitado para atuar nesta temática.

Reflexões propostas pela Dra. Márcia Cristiane de Freitas Mendes Civitella

-Após a identificação de alguma alteração no escolar/educando pelo professor, como estão sendo realizados os encaminhamentos?

-Como a rede está “abraçando” este escolar?

-O que podemos fazer para melhorar cada vez mais e valorizar essa relação intersetorial das redes saúde e educação?

Na discussão do grupo foi evidente a preocupação em relação à logística deste encaminhamento.

Logística atual: Após a triagem pelos profissionais de saúde e identificação do aluno, ele é encaminhado para a Unidade Básica de Saúde (UBS) para a realização do atendimento com o médico de família. Caso não seja possível a resolução do problema, ele receberá encaminhamento para consulta especializada com o médico otorrinolaringologista ou fonoaudiólogo nas especialidades e na média e alta complexidade.

Dificuldades na comunicação entre UBS e escola: monitorar o aluno após esse encaminhamento para as especialidades ou serviços de média e alta complexidade. Não há a contra referência e as UBS não possuem um sistema para devolutiva à escola. Professor/escola não recebe a devolutiva dos estudantes que foram identificados se ocorreu o diagnóstico e a intervenção.

O grupo considera que essa contra referência, que é de responsabilidade da UBS, poderá motivar a participação das escolas e aumentar a adesão ao programa. E ainda ressaltou a importância das ações no PSE e no fortalecimento da atenção primária em saúde em conjunto intersetorial

-Desafio do grupo: reverter a situação atual das ações em Saúde Auditiva atual no PSE, ou seja, propiciar maior adesão dos municípios nesta área por meio do caderno temático e guia de bolso.

Recomendações para serem enviadas ao Ministério da Saúde:

-Criação de um sistema de monitoramento dos alunos que foram encaminhados para as especialidades e serviços de média e alta complexidade.

-Força tarefa para as universidades na extensão quanto na graduação e nas residências médicas e multiprofissionais de participação nas ações do PSE.

-Triagem auditiva na escola: utilizar modelos de baixo custo como os inventários de risco educacional que são os sinalizadores que os professores podem utilizar. Já existem alguns validados e podemos inclui-los nos treinamentos

-Telessaúde no PSE: inserir os dispositivos automáticos para triagem com os aplicativos validados como colaborador na identificação destas crianças.